

Dívida externa: a importância dos fatos concretos

E natural, no processo de renegociação plurianual de dívidas externas, principalmente quando se trata da discussão de acordos de grande porte, que as partes procurem criar um ambiente favorável às suas pretensões, utilizando práticas comumente associadas ao "lobby". Ainda há pouco, dias antes de concluir a primeira fase de renegociação do grosso de sua dívida, o governo mexicano insistia em que, dada a situação de sua economia e considerando as perdas de receita que teve de suportar em consequência da queda do preço do petróleo, o "spread" a ser cobrado pelos bancos deveria ser zero. E, como se viu, em vez de um "spread" nulo, o México acabou concordando com uma taxa de 0,81% acima da taxa interbancária de Londres (Libor).

Mas, se em circunstâncias como estas não faltam declarações tendenciosas e tentativas de manipular informações, existem fatos concretos que não podem ser deixados à margem em uma análise objetiva. Na última semana, muito se falou, por exemplo, das

resistências dos bancos internacionais em fechar um novo acordo com o Brasil, sendo encorajados nessa atitude pelos governos de seus países. De outra parte, o governo brasileiro reafirmou a sua intenção de não arredar pé de sua posição contrária ao monitoramento da economia interna pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), ao mesmo tempo que seus representantes garantiam haver possibilidade de se chegar a uma acordo com os bancos credores antes do fim deste ano.

Nessa guerra de palavras, sobrevêm os fatos. Como foi noticiado na última semana, o Banco do Brasil está concluindo, junto ao Bankers Trust, a montagem de uma operação para colocação de US\$ 150 milhões em "commercial papers" no euromercado, a um "spread" de 0,375%. O Banco do Brasil, portanto, aprofunda a trilha aberta pelo Banco Itaú, que negociou uma operação semelhante de US\$ 50 milhões no primeiro semestre, total que agora será elevado para US\$ 100 milhões. Nos dois casos, trata-se da transformação em "commercial

papers" de valores que faziam parte de linhas interbancárias das instituições mencionadas.

Isso desmente, na prática, as notícias de que o Brasil não encontraria receptividade junto aos bancos para a renegociação plurianual sem o aval do FMI. É evidente que, se a ficha creditícia do País no exterior não fosse hoje francamente boa, tais operações não chegariam nem mesmo a ser discutidas. O fato de estarem próximas à conclusão significa que o Brasil, pouco a pouco, retorna ao mercado internacional na condição de captador de recursos, pagando, como no caso de "commercial papers", "spreads" substancialmente inferiores aos que ainda oneram a maior parte da sua dívida.

Isso não quer dizer, em absoluto, que esteja ai a saída para a questão da dívida externa. Alguns milhões de dólares, especialmente recursos incluídos em linhas de curto prazo, podem vir a ser transformados em outros tipos de papéis — e a variedade deles é hoje muito extensa no mercado internacional — em condições mais

vantajosas. A renegociação plurianual, porém, envolverá dezenas de bilhões de dólares e ela deve ser orientada para possibilitar ao País crescer a taxas próximas a 7% nos anos vindouros.

As operações negociadas com o Itaú e o Banco do Brasil indicam claramente que uma renegociação desse tipo é viável, no prazo previsto pelo governo brasileiro, tanto mais que o País não está solicitando dinheiro novo, havendo mesmo a expectativa de que, se precisar, pode obter novos empréstimos através dos mecanismos de mercado.

Sem dúvida, as negociações, que ainda se encontram no preâmbulo, não serão fáceis, exigindo inclusive gestões políticas de alto nível, como estão a indicar as resistências dos governos representados no Clube de Paris, em particular o dos Estados Unidos. Mas não é exagero dizer que o ambiente para isso é hoje bem melhor do que em passado recente, ao contrário do que fazem crer interpretações construídas sob medida para se ajustar a determinados pontos de vista.